



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTIAGO
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 028/2020

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

SEÇÃO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Subseção I Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).

Art. 3º - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO		TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES		151.339.961,00
<i>Receita Tributária</i>	<i>32.591.010,00</i>	
<i>Receita de Contribuições</i>	<i>8.373.755,00</i>	
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>6.128.442,00</i>	
<i>Receita de Serviços</i>	<i>48.000,00</i>	
<i>Transferências Correntes</i>	<i>103.020.004,00</i>	
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>1.178.750,00</i>	
2 – RECEITAS DE CAPITAL		4.338.016,00
<i>Transferências de Capital</i>	<i>3.721.675,00</i>	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTIAGO
GABINETE DO PREFEITO

<i>Operações de Crédito</i>	604.541,00	
<i>Alienação de Bens</i>	2.700,00	
<i>Outras Receitas de Capital</i>	9.100,00	
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS		17.763.093,00
<i>Receita de Contribuições – Intraorç</i>	17.763.093,00	
8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS		11.630,00
<i>Alienações de Bens</i>	11.630,00	
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		(13.452.700,00)
<i>Receita Tributária</i>	(200.700,00)	
<i>Outras Deduções</i>	(7.551.000,00)	
<i>Transferências Correntes p/Formação do Fundeb</i>	(5.701.000,00)	
TOTAL		160.000.000,00

Subseção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 130.854.152,00 (Cento e trinta milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 29.145.848,00 (Vinte e nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais)

Art. 5º - A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA		TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES		127.978.445,00
<i>3.1 - Pessoal e Encargos Sociais</i>	84.697.429,00	
<i>3.2 - Juros e Encargos da Dívida</i>	600.000,00	
<i>3.3 - Outras Despesas Correntes</i>	42.681.016,00	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTIAGO
GABINETE DO PREFEITO

4. DESPESAS DE CAPITAL		9.020.684,00
4.1 – Investimentos	6.422.684,00	
4.2 - Inversões Financeiras	0,00	
4.2 – Inversões Financeiras – Op.Intraorçamentárias.	0,00	
4.3 – Amortização da Dívida	2.598.000,00	
RESERVA DO R P P S		5.216.148,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00
7. DESPESAS CORRENTES INTRA- ORÇAMENTÁRIAS		17.763.093,00
7.1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.753.093,00	
7.2 - Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	
8 – DESPESAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS		11.630,00
8.1 Investimentos	10.630,00	
8.2 Amortização da Dívida	1.000,00	
TOTAL		160.000.000,00

Art. 6º - Integram esta Lei, os anexos da Lei Municipal nº 247/2020 que institui as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Econômico Financeiro de 2021, contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Subseção III
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º - Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, autorizado a abrir, em seus orçamentos, créditos suplementares, até o limite de 15% por cento da despesa total fixada para cada poder, compreendendo operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, respeitado o disposto na Lei Municipal nº 247/2020, e os termos da Lei Federal n.º 4.320/1964, além da utilização de recursos provenientes de:

- a— anulação parcial ou total de dotações do respectivo Poder;
- b — incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTIAGO
GABINETE DO PREFEITO

c — excesso de arrecadação.

II- *Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15% por cento de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.*

Parágrafo único. Também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, para fins da alínea b do inciso I do caput, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2020, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º - *O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a:*

I — *Insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa I — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de despesas consignadas ao mesmo grupo;*

II — *pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;*

III — *despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado;*

IV — *remanejo de dotações orçamentárias no mesmo órgão, existindo os elementos de despesas nas respectivas atividades ou projetos.*

SEÇÃO III
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º - *A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos da Lei nº 247/2020.*

Art.10 - *É o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.*

Art. 11 — *Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.*

Art. 12 - *O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTIAGO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 13 - Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos na Lei Municipal nº 247/2020 que institui as Diretrizes Orçamentárias para o exercício econômico financeiro de 2021.

Art. 14- A presente lei entra em vigor da data de sua promulgação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, SANTIAGO, NOVEMBRO DE 2020.

Tiago Görski Lacerda
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTIAGO
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei nº 028/2020

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

*Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:*

A LOA foi elaborada de acordo com os parâmetros inflacionários, considerando o acompanhamento histórico e as expectativas para 2021.

Foi ponderado todas as exigências e limites da Constituição Federal, bem como da lei de Responsabilidade Fiscal.

O valor destinado ao Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais neste orçamento é de R\$ 29.145.848,00 (Vinte e nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais), destinados exclusivamente ao pagamento de Inativos e Pensionistas e taxa de administração, sendo que ficou previsto um superávit anual de R\$ 5.216.148,00 (Cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

As metas da LDO aprovada estão acompanhando esta LOA bem como os relatórios de Riscos Fiscais e Metas Anuais, relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Federal nº 4.320/64.

À consideração e sensibilidade dos senhores Vereadores.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTIAGO
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, SANTIAGO, 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

Tiago Görski Lacerda
Prefeito Municipal